

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 07 de fevereiro de 2022 às 08h03
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Pirataria

Netflix, Amazon e Apple fazem pressão para derrubar serviços de IPTV pirata 3

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Justiça fixa valor de indenização de Doria a Marisa Monte e Arnaldo Antunes 5
PODER

O Globo Online | BR

Marco regulatório | INPI

Brasiliense contesta uso da expressão 'o que é' em títulos de outras editoras 6
LIVROS | RUAN DE SOUSA GABRIEL

IstoÉ Dinheiro Online | BR

Pirataria

Cruzada contra a pirataria 7
NEGÓCIOS | BEATRIZ PACHECO

UOL Notícias | BR

Pirataria

Hacker que vendia jogos piratas da Nintendo pode pegar cinco anos de prisão 9
ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Agência Senado | BR

03 de fevereiro de 2022 | Patentes

Lideranças preveem reunião do Congresso na terça-feira para análise de vetos 10

Migalhas | BR

ABPI

MIGALHAS nº 5.284 11

Netflix, Amazon e Apple fazem pressão para derrubar serviços de IPTV pirata

Apple, Amazon e Netflix se aliaram à Motion Picture Association (MPA) para processar um cidadão do Texas, nos Estados Unidos, por **pirataria**. De acordo com a acusação, o norte-americano Dwayne Anthony Johnson é dono de dois IPTVs piratas: o AllAccessTV e o Quality Restreams, que supostamente transmitem mais de 600 filmes e 600 séries de televisão sem autorização.

Netflix, Amazon Prime Video, Apple TV+; marcas se unem contra dois IPTVs piratas Foto: Paulo Higa/Tecnoblog / Tecnoblog

Além de Dwayne Johnson (não confundir com a celebridade), outras 20 pessoas entraram na mira de Netflix, Amazon, Apple e MPA por acusações de **pirataria**.

Em comum com outros processos do tipo, as empresas acusam Johnson de violar **direitos** autorais ao transmitir conteúdo sem autorização por meio de seus IPTVs e plataformas de vídeo sob demanda. Os serviços estariam ocultos por trás da empresa de fachada VPN Safe Vault LLC, que supostamente pertence ao acusado.

A associação de estúdios e as três empresas querem uma indenização de US\$ 150 mil por danos materiais para cada obra pirateada. Johnson é acusado de três crimes por meio dos IPTVs piratas: violação de **copyright**, contribuição para a violação de **copyright** e indução à violação de **copyright**.

Apple, Netflix, Amazon e MPA querem acordo

Ainda segundo as empresas, Johnson vem atrasando duas audiências em que prestaria depoimento, mas elas dizem que estão "abertas a terem discussões sérias" para não prolongar a disputa legal.

A defesa de Johnson chegou a oferecer um acordo pa-

ra que fosse protocolada uma liminar antes que o caso fosse julgado, e as negociações iniciaram em boa-fé. Entretanto, o diálogo acabou quando os advogados do réu propuseram que somente ele, e mais nenhum dos outros 20 acusados, fosse proibido de administrar os domínios do AllAccessTV e Quality Streams.

Apple, Amazon, MPA e Netflix alegaram que isso seria insuficiente para coibir possíveis violações de **direitos** autorais, e, assim, deixaram a mesa de negociação.

Consta no processo que, dias depois das empresas registrarem um ofício na Justiça, o site da AllAccessTV (allaccessiptv.com) sofreu alterações para ocultar o nome de Johnson como responsável pelo domínio. Os estúdios e streamings acrescentaram:

"As empresas poderiam sofrer danos reais na ausência de uma liminar de apoio que se aplique não apenas ao réu principal, mas a todos os indivíduos ou entidades que, junto a ele, são donos ou operam o AllAccessTV e o Quality Streams, ou que ainda agem em conluio com esses dois serviços."

Defesa de acusado de ter IPTVs pirata rebate estúdios

Defesa de dono dos IPTVs piratas rebate acusações de Apple, Amazon, Netflix e MPA Foto: Maria Dominina/Pixabay / Tecnoblog

Agora, as empresas querem voltar a negociar uma saída com a defesa, mas, por enquanto, os advogados têm se mostrado resilientes em defender o cliente.

Os advogados de Johnson afirmaram que não é necessário que a Justiça conceda uma liminar contra seu cliente antes do caso ir a julgamento. Em janeiro, a defesa contestou as alegações de Apple, Netflix, Amazon e da MPA.

Continuação: Netflix, Amazon e Apple fazem pressão para derrubar serviços de IPTV pirata

Segundo os advogados, não há provas de que Johnson tenha violado **direitos** autorais ou incitado outros a cometerem crime. "As fotos (prints) apresentadas pelas empresas não exibem URLs, e não há evidência de que os sites referenciados apresentam conteúdo ilegal", disse a defesa em recurso. Além disso como os domínios listados já foram derrubados, uma liminar "não seria necessária".

O catálogo dos sites apontados pelos estúdios e streamings também foi questionado pela defesa, porque não foi provado que os IPTVs piratas tinham mais de 600 filmes e 600 séries de TV.

Não satisfeitos com o pedido de liminar contra Johnson, as empresas foram atrás dos próprios advogados de defesa, pedindo para que a Corte concedesse uma segunda ordem judicial contra eles.

A defesa comentou que o pedido "beira o absurdo" e pediu para que a Justiça o negasse. Em contrapartida, MPA, Apple, Amazon e Netflix pediram que os outros 20 acusados, incluindo "executivos, agentes, funcionários e revendedores", fossem proibidos de continuar atividades associadas aos IPTVs piratas.

Provedora de VPN não entrou em processo por **pirataria**

A VPN Safe Vault LLC, supostamente usada por Dwayne Johnson como fachada para os IPTVs piratas, não foi incluída pelas empresas e estúdios no processo. A resposta da defesa diz que, novamente, não há evidências do crime de **pirataria** contra a provedora.

Por enquanto, duas testemunhas foram ouvidas no caso: uma em depoimento oral e outra por escrito, e imputaram a violação de **direitos** autorais a Johnson. Mas ambas são ligadas aos estúdios de Hollywood: Jan van Voorn, vice presidente executivo e chefe de Proteção de Conteúdo Global pela MPA; e Steve Kang, vice presidente de Proteção de Conteúdo Criativo da NBCUniversal. A produtora de conteúdo Universal City Studios é parte da MPA.

Por fim, a defesa disse em ofício que Jan van Voorn não é uma testemunha imparcial, já que é porta-voz da associação de estúdios que processa Johnson, e que Kang fez indagações que fogem de seu conhecimento, além de não ter apresentado provas.

Pedro Knoth

Justiça fixa valor de indenização de Doria a Marisa Monte e Arnaldo Antunes

PODER

São Paulo

O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) acolheu parte do recurso do governador João Doria (PSDB) e fixou em R\$ 40 mil o valor total que deverá ser pago por ele por uso indevido da música "Ainda Bem", de Marisa Monte e Arnaldo Antunes, em 2017, quando ainda era prefeito da capital paulista.

Doria deverá pagar R\$ 10 mil a cada um dos artistas, além de R\$ 20 mil por violação de **direitos** autorais que serão divididos entre três empresas. O acórdão foi publicado nesta quarta-feira (2).

O relator Francisco Loureiro afirma que o laudo pericial provou que a música foi usada de forma intencional no vídeo e que o material foi divulgado de forma promocional pelo então prefeito e hoje pré-candidato à Presidência da República.

O magistrado, porém, afirma que não é possível desconsiderar o fato de o vídeo não ser uma peça publicitária com fins comerciais e de ter sido removido há mais de três anos.

Na decisão em primeira instância, de julho de 2021, Doria havia sido condenado pela juíza Thania Pereira de Carvalho Cardin a pagar um valor total de R\$ 190 mil. Marisa e Antunes receberiam R\$ 30 mil, e cada empresa detentora dos **direitos** autorais, R\$ 40 mil.

Por comentários ofensivos contra os artistas, o tucano também havia sido condenado anteriormente a pagar R\$ 10 mil a Marisa Monte por ofensa a honra.

FolhaJus+

Receba no seu email as notícias sobre o cenário jurídico e conteúdos exclusivos: análise, dicas e eventos; exclusiva para assinantes.

Carregando...

Ao rever a sentença, os magistrados da 1ª Câmara de Direito Privado entenderam que Doria não ultrapassou o direito de resposta e de livre manifestação, negando a reparação.

No processo inicial, apresentado à Justiça em julho de 2018, os artistas pediram indenização de R\$ 220 mil.

Em agosto de 2017, o ex-prefeito divulgou um vídeo da inauguração de um campo de futebol no parque Ibirapuera em que a música "Ainda Bem" ressoava ao fundo.

Segundo a coordenação jurídica do político, o vídeo havia sido tirado do ar a partir do momento em que Doria percebeu que havia risco de constrangimento aos artistas.

Em novembro daquele ano, Marisa e Antunes divulgaram uma nota de esclarecimento em que disseram que a equipe de Doria foi notificada para que o vídeo fosse retirado do ar, mas que isso só foi feito após solicitação direta ao Facebook e ao Instagram.

Brasiliense contesta uso da expressão 'o que é' em títulos de outras editoras

LIVROS

Em dezembro, a editora Florencia Ferrari, da Ubu, recebeu um e-mail da Somarca Assessoria Empresarial, escritório de advocacia especializado em propriedade intelectual: "Tomamos conhecimento de que algumas Editoras/Livrarias, incluindo V. Sas. fazem uso do termo que compõem (*sic*) a marca, o que não se pode prosperar tão pouco (*sic*) se admitir". A mensagem se referia à expressão "o que é", registrada pela editora Brasiliense junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial ([Inpi](#)) em 2008 e que não poderia ser reproduzida em títulos de outras casas. Nos anos 1980, a Brasiliense inaugurou a coleção "Primeiros Passos", que publicou mais de 300 livros com títulos com O que é ideologia, O que é existencialismo e O que é sexualidade.

'**Ulisses**', 100 anos:

Florencia nem respondeu o e-mail, que não reclamava especificamente de nenhum título da Ubu. A Somarca enviou, então, outra mensagem, dizendo que o silêncio da editoria seria considerado atitude não amigável se se estendesse por mais 72 horas. Em outro e-mail, disse que o problema era o livro "O que é o cinema?", do francês André Bazin. Florencia explicou que o título era uma tradução literal do francês e circulava no Brasil, em diversas edições, desde 1992. A Somarca agradeceu os esclarecimentos.

É tão absurdo quanto se eu patenteasse a expressão "como fazer" e impedisse todas as outras editoras de lançar títulos assim disse Florencia. Não acredito que um título seja passível desse tipo de proteção.

A Brasiliense comunicou cerca de 40 editoras quando ao uso da expressão "o que é". A advogada Fernanda de Oliveira Ramos, da Somarca Assessoria Empresarial, que representa a Brasiliense, disse ao GLOBO que títulos com "o que é" podem representar violação do direito da editora à marca. Segundo ela, o uso é ainda mais problemático se induz o consumidor a pensar estar comprando um título da Brasiliense. No entanto, esse não é o caso de "O que é o cinema?" nem de títulos como "O que é a arte?", de Arthur Danto, da Relicário, também procurada pela Somarca. Fernanda explica ainda que o objetivo não é proibir todos os títulos que contêm a expressão "o que é" e assegura que todos os casos serão avaliados individualmente. No passado, a Brasiliense conseguiu impedir a editora Letramento de publicar uma coleção com títulos como "O que é racismo estrutural".

Beckett além de Godot:

Advogada especializada em [direitos](#) autorais, Flavia Tendler lembra que textos literários fazem parte da legislação que protege o [direito](#) autoral e não abarca os títulos. A Brasiliense, portanto, não pode impedir ninguém de publicar um texto com "o que é" no título. O [Inpi](#) protege o uso material da marca O que é, não da expressão. Em contrapartida, a Brasiliense pode, sim, combater publicações oportunistas que emulem a coleção Primeiros Passos para enganar consumidor, o que configuraria propaganda enganosa e concorrência desleal. Para isso, no entanto, o título da publicação seria indiferente.

Cruzada contra a pirataria

NEGÓCIOS

Trata-se de uma conta. Historicamente, o Brasil sempre teve a informalidade como parte essencial de sua matriz econômica. Seja a informalidade daqueles que recorrem a qualquer atividade como única opção de renda, seja no outro extremo, o crime de **pirataria** que inclui muitas vezes empresas formais. A pandemia fez essa balança pender para o campo on-line.

MARCAS DESEJO No mercado esportivo, Nike, Puma e Adidas estão entre as mais pirateadas do mundo. Já na categoria de eletrônicos, Apple precisou unir esforços com os marketplaces para tentar reduzir os falsificados (Crédito:Divulgação)

Isso trouxe novos desafios para o combate contra esse tipo de crime. Nas ruas, a fiscalização se torna mais simples que no ambiente virtual. Na prática, ficou impossível para a indústria ou órgãos reguladores travar essa batalha sozinhos. Por isso, entidades de 15 setores se juntaram ao Ministério Público e ao **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria, ligado ao Ministério da Justiça, para esvaziar o mercado de produtos ilegais no mundo on-line.

Os agentes estão de olho nos R\$ 288 bilhões que a prática desvia das vendas legais e do erário, segundo levantamento anual do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP).

Artistan

O trabalho resultou ainda na elaboração de um novo plano nacional, que entrou em vigor neste ano, com o desenvolvimento de 62 metas para combater a **pirataria** no universo digital, o que inclui criação de delegacias especializadas e revisão das leis penais para coibir tal prática.

Em outubro, a Secretaria Nacional do Consumidor convocou a Shopee e o Aliexpress para explicarem sua política de enfrentamento à venda de produtos falsificados. A pasta mirou empresas que ainda não

tinham aderido ao guia de boas práticas para o e-commerce. Desde então, a Shopee assinou um termo de colaboração com o Procon de São Paulo para exigir de seus vendedores a emissão de notas fiscais. Por meio de nota, a empresa afirma ainda proibir a venda de produtos irregulares e ter incorporado recursos de proteção aos seus consumidores, como a Garantia Shopee, uma equipe local dedicada ao atendimento dos usuários, canais de denúncia e a seção Shopee Oficial. Já o AliExpress explicou, também via comunicado, seguir uma rigorosa política de vendas, que prevê punições e até a exclusão de vendedores que desrespeitem estas regras que incluem, por exemplo, o estrito respeito à **propriedade** intelectual. O mercado reconhece o avanço do engajamento dos marketplaces, mas as operações seguem no radar das autoridades.

Renato Jardim, diretor da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo (Ápice), entidade associada ao FNCP e que reúne empresas como Adidas, Nike e Puma algumas das marcas mais falsificadas no mundo, explica que o cross border é um problema adicional no cenário da **pirataria**. Vemos o crescimento de plataformas que mal têm representação no País e que, por isso, não se envolvem no combate às vendas irregulares, disse Jardim. Para ele, é necessário tornar mais explícita na lei a responsabilidade das plataformas sobre esses crimes, assim será possível às autoridades cobrar ações de forma mais ostensiva. A associação estima que o mercado pirata desvie cerca de R\$ 3 bilhões do mercado de calçados esportivos no Brasil, cerca de 35% do faturamento anual do setor. Em vendas de camisetas de times de futebol, o comércio de itens falsificados é estimado em 50% do que o segmento fatura por ano.

Vemos o crescimento de plataformas que mal têm representação no País e que, por isso, não se envolvem no combate às vendas irregulares Renato Jardim, diretor da Ápice (Crédito:Divulgação)

Continuação: Cruzada contra a pirataria

SANÇÕES Na pandemia, as plataformas cross border faturaram quase quatro vezes mais só no Brasil. Em 2020, as compras nesses marketplaces que vendem para o mundo todo movimentaram R\$ 22,7 bilhões, o que representou 21% das vendas on-line por aqui, segundo dados da Ebit Nielsen. Desde o fim do ano passado na França, a Wish desapareceu dos resultados nos principais buscadores e lojas de apps. Sob investigação pela venda de itens falsificados, a plataforma vem sofrendo as sanções determinadas pelo governo francês até que o processo seja concluído. De acordo com as autoridades, 95% dos produtos da categoria de eletrônicos comercializados na plataforma não estavam em conformidade com a legislação europeia e ofereciam riscos aos consumidores.

Ricardo Lagreca, diretor jurídico do Mercado Livre, lembra que, no caso dos marketplaces que trabalham com vendedores terceirizados, o cenário é mais complexo. Muitos são pequenos empresários que nem sequer sabem que o produto viola algum direito, disse. Na plataforma, segundo ele, 75% dos vendedores no-

tificados no último ano não voltaram a cometer irregularidades. Quando há reincidência, a empresa aplica sanções que evoluem para suspensão e exclusão da conta. Neste mês, uma aliança do Mercado Livre com a Apple reforçará os esforços para identificar falsificados da marca norte-americana.

A companhia, que já foi notificada por autoridades pela presença de produtos não homologados ou falsificados em seu marketplace, ainda investiu US\$ 100 milhões nos últimos dois anos no desenvolvimento de uma ferramenta de machine learning que já é capaz de identificar 95% dos anúncios suspeitos na plataforma. O AliExpress também afirma manter sistemas baseados em inteligência artificial para identificar preventivamente ofertas que violam sua política de vendas. Mas Lagreca diz que erradicar a **pirataria** online por completo é um desafio e tanto: Um esforço análogo a impedir as pessoas de escreverem palavrões nas redes sociais.

Beatriz Pacheco

Hacker que vendia jogos piratas da Nintendo pode pegar cinco anos de prisão

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

O hacker **Gary Bowser**, que criou e vendeu equipamento com jogos pirateados da **Nintendo**, pode receber uma sentença de cinco anos de prisão e mais três de liberdade condicional.

Segundo documentos do processo legal nos EUA descobertos pelo site Eurogamer, a punição seria uma maneira de fazê-lo "reconhecer o dano" causado por seus crimes.

Em novembro, Bowser, nascido no Canadá, havia se admitido culpado de duas acusações de **pirataria**, por seu envolvimento com o grupo hacker conhecido como **Team-Xecuter**, que comercializava chips para rodar "ROMs" - um tipo de arquivo para jogos pirateados. Foi um dos pontos altos da batalha legal de anos que a Nintendo travava contra o grupo.

Naquele momento, a sentença poderia alcançar até 10 anos, além de uma multa de US\$ 4,5 milhões. Então, cinco anos talvez até seja uma barganha. Mas os advogados de Bowser pretendem negociar ainda menos tempo na cadeia.

O argumento é de que Bowser seria "o menos culpado e o único detido até agora no processo", recebendo, portanto, uma proporção injusta da culpa compartilhada por todo o Team-Xecuter. Segundo

eles, o hacker teria acumulado apenas US\$ 320 mil ao longo de sete anos, enquanto seus parceiros teriam capitalizado muito mais - na casa dos milhões.

Eles afirmam ainda que o cliente já sofreu "perdas monetárias significativas", e que, portanto, uma pena de 19 meses (pouco mais de 1 ano e meio) já seria suficiente.

Além do processo criminal, conduzido pelas autoridades públicas dos EUA, Bowser também está sendo processado na esfera civil pela própria Nintendo. Nesse caso, também foi multado em US\$ 10 milhões, mas o juiz do caso ainda não definiu se ele também terá que cumprir detenção.

SIGA O START NAS REDES SOCIAIS

Twitter: https://twitter.com/start_uol

Instagram: https://www.instagram.com/start_uol/

Facebook: <https://www.facebook.com/startuol/>

TikTok: https://www.tiktok.com/@start_uol?

Twitch: <https://www.twitch.tv/startuol>

Lideranças preveem reunião do Congresso na terça-feira para análise de vetos

A sessão deliberativa do Plenário prevista para esta quinta-feira (3) foi cancelada pela Presidência do Senado, após acordo de líderes feito durante a manhã. No primeiro encontro das lideranças partidárias de 2022, os parlamentares optaram por tratar somente da pauta de votações da semana que vem.

Segundo o senador Jean Paul Prates (PT-RN), ficou definida a realização de uma sessão do Congresso Nacional para terça-feira (8) para votação dos vetos presidenciais pendentes.

- Há vetos importantes que precisam ser deliberados, como o da pobreza menstrual, do marco regulatório das ferrovias, da Lei Assis Carvalho, que traz socorro financeiro a agricultores familiares, e ainda várias questões relativas ao Orçamento. A pauta ainda vai ser divulgada - esclareceu Jean Paul, líder da Minoria.

A análise rápida dos vetos tem sido reivindicada por alguns senadores. Paulo Paim (PT-RS), por exemplo, foi às redes sociais pedir a votação urgente dos Vetos 48/2021, sobre a **quebra** de patentes de vacinas e medicamentos para o combate a covid-19) e 59/2021, que trata da distribuição de absorventes femininos na rede pública. Já o senador Marcelo Castro (MDB-PI) defendeu a derrubada de vetos que atingiram as áreas de educação e saúde para o Orçamento de 2022.

Na quarta-feira (2), durante sessão que reabriu os trabalhos legislativos de 2022, o presidente Rodrigo Pacheco já havia garantido aos demais parlamentares que marcaria sessão do Congresso logo nos primeiros dias de fevereiro para apreciação dos vetos pendentes.

Combustíveis

Ainda na reunião de líderes, Jean Paul Prates informou que houve uma discussão rápida sobre a questão do preço dos combustíveis, mas os senadores acharam melhor agendar uma outra reunião específica para discutir o tema:

- O assunto é muito relevante, e o presidente [Rodrigo Pacheco] achou melhor que façamos um encontro específico para tratar dos projetos 1.472/2021 e 11/2020. São dois projetos que vão tramitar paralelamente e não serão apensados um ao outro - adiantou Jean Paul.

O PL 1.472/2021, do senador Rogério Carvalho (PT-SE), cria um programa de estabilização do preço do petróleo e derivados; e o PLP 11/2020, do deputado Emanuel Pinheiro (PTB-MT), altera regras de cobrança de ICMS.

Elogios

Segundo o representante do PT, o pronunciamento do presidente Rodrigo Pacheco na sessão de abertura dos trabalhos legislativos de 2022 foi bastante elogiado por todas as lideranças partidárias presentes na reunião desta quinta-feira.

Na sessão solene, Pacheco ressaltou a promessa de um ano com grande responsabilidade e produção do Legislativo, mesmo com as eleições de outubro. Segundo ele, a disputa eleitoral não pode engessar o Legislativo, assim como questões urgentes não podem ser deixadas "em estado de latência".

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

MIGALHAS nº 5.284

Sexta-Feira, 4 de fevereiro de 2022 - Migalhas nº 5.284.

Fechamento às 09h55.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

Web Juris

()

"A verdade nem sempre está nas grandes aparências da cena: muitas vezes escapa através das linhas gerais, e se dilui, esbatida, por entre as cores mais vivas da pintura."

Rui Barbosa

Fake library

Durante sessão no TJ/AM, um desembargador se atrapalhou e acabou derrubando o fundo falso da biblioteca que utilizava como cenário. Assista à cena, .

Mais uma dose

Em Salvador/BA, um juiz ficou feliz com a retirada de uma audiência telepresencial da pauta. No despacho, disse que ele e a secretária de audiência podem aproveitar o respectivo horário para atividades lúdicas, como "tomar duas ou três doses de whisky, não mais que isso". ()

Pregação ou Posse?

Nesta semana, o desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura assumiu a presidência do TRE/PR e fez um discurso de posse peculiar. Dizendo que "fugiria do protocolo", o novo presidente bradou que serve a "Jesus, Jesus, Jesus e Jesus". ()

Dando o que falar

Inevitavelmente a biblioteca do julgador desmoronando a olhos vistos foi a matéria mais comentada. Ah... e como são espirituosos os migalheiros. Vejamos alguns exemplos: "Desembargador derruba todo o ordenamento jurídico brasileiro."; "Excelentíssimo, sua doutrina não se sustenta."; "Literalmente, um papelão..."; "Quero um fundo desse. Onde compro?"; "Quem nunca?!"; "Fundo falso de biblioteca é tão início da pandemia."; "Pasme, Excelência!"; "Não o culpo, livro está pela hora da morte."; "O argumento de sua Excelência caiu por terra."; "Não houve constrangimento, no máximo mero aborrecimento!"; "Caíram alguns precedentes hoje..."; "Isso que é uma queda de cultura."; "La Casa de Papel."; "Firme na doutrina, sqn.". Reveja o vídeo e envie seu comentário. Os melhores serão premiados com um livro...kkk

Bilhões

1ª turma do STF começará a julgar em sessão virtual decisão do ministro Alexandre de Moraes que derubou condenação da Petrobras imposta pelo TST em 2018. A empresa foi obrigada pela Corte Trabalhista a pagar correção de salário de seus empregados no que se refere à RMNR, uma espécie de piso salarial. Segundo a empresa, tal condenação teria de mais de R\$ 40 bilhões. ()

Letalidade policial

Na tarde de ontem, o plenário do STF estabeleceu diversas medidas para combater a letalidade policial no RJ nas operações em comunidades. Confira. ()

Caso imigrante congolês

Ministra Cármen Lúcia manifestou-se sobre o caso imigrante congolês espancado até a morte no RJ. A ministra afirmou que o episódio é algo que nos constrange, envergonha e indigna: "que sociedade hu-

mana estamos construindo?". ()

Federação partidária

Na última parte da sessão do STF, foi dado início ao julgamento da ADIn 7.021, que contesta lei que permite formação de federação partidária. A demanda foi proposta pelo PTB e tem como relator o ministro Barroso.

Eleições de 2022

A advogada Gabriela Shizue Soares de Araujo apresenta aspectos legais que se deve conhecer antes de se lançar a uma pré-candidatura nas eleições de 2022. Confira. ()

Herói?

Parlamentares bolsonaristas protocolaram projeto de lei que visa incluir o nome do autointitulado filósofo Olavo de Carvalho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ()

Braço direito

O Globo de hoje faz um perfil do advogado Luís Felipe Cunha, que assumiu o papel de braço-direito de Moro na campanha, quiçá chefe da Casa Civil numa eventual República de Curitiba. De nossa parte, se fôssemos nós a elaborar esse perfil, convidaríamos o causídico para ir "Ao Distinto Cavalheiro", conhecido, festejado e concorrido estabelecimento na capital paranaense, e analisaríamos com cuidado que música ele escuta e o que pede de bebida. Seguimos o lema segundo o qual: diga-me o que escutas e bebes e dir-te-ei quem és.

Direito de resposta

Na tarde de ontem, o advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira pediu à TV Jovem Pan News o direito de resposta após o jovem comentarista político Caio Coppolla sugerir que o ilustre advogado está do lado

de criminosos. No documento, o advogado rebate as ofensas e assevera que a história está a seu lado. ()

Dica

Não perca a nota Baú migalheiro, com a efeméride do dia. Ainda neste informativo.

Face to face

Ao contrário de outras empresas, as ações do grupo Migalhas foram às alturas ontem. As altas foram puxadas pelos resultados excelentes de janeiro, indicando que 2022 será um ano espetacular. Oxalá. Nosso amado Diretor comemorou os recordes oferecendo a todos um brinde com um profuso copo d'água.

Play para um momento musical

Gusttavo Lima não precisará tirar do ar a música "Bloqueado", na qual há menção a um número de telefone que realmente existe. O cantor foi processado pela dona do número. Para a magistrada, eventual dano sofrido pela dona do número já está consolidado e não faria com que deixasse de receber mensagens e ligações. () João Doria foi condenado por danos morais e materiais por violação de **direitos** autorais de Marisa Monte e Arnaldo Antunes. À época em que era prefeito, Doria divulgou vídeo sobre a revitalização de um campo de futebol com trechos da canção "Ainda Bem". As condenações totalizam R\$ 40 mil. ()

Teletrabalho

A juíza do Trabalho titular Junia Marise Lana Martinelli, de Brasília, determinou que o Banco do Brasil restabeleça o regime de teletrabalho aos advogados enquadrados no grupo de risco da covid-19, bem como aqueles que coabitam com indivíduos na mesma situação, sem prejuízo de sua remuneração. O pedido foi feito pela Federação Nacional dos Advogados em ação coletiva. ()

Sem negociação

TRT da 3ª região condenou rede de ensino a recompor salários reduzidos durante a pandemia da covid-19. Magistrado considerou que não houve negociações coletivas com as partes envolvidas. ()

Criptoativos

Os advogados Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa (Duclerc Verçosa Advogados Associados) e Renato Stephan Pelizzaro escrevem sobre a natureza jurídica dos criptoativos e sua utilização nos contratos. ()

Fraude em boletos

Decisões judiciais têm reconhecido a responsabilidade de empresas intermediadoras de pagamento online em golpes aplicados em boletos eletrônicos. O escritório EYS Sociedade de Advogados atua por um banco que, na posição de autor, conseguiu decisões favoráveis, as quais teriam apontado falha no serviço com relação a segurança por parte de intermediadoras de pagamentos e determinado o ressarcimento. ()

RMC

Juíza de Jataí/GO condenou um banco ao pagamento de R\$ 6 mil de danos morais por ter utilizado RMC - reserva de margem consignável de uma beneficiária do INSS sem autorização. Pela conduta do banco, a mulher foi impedida de celebrar empréstimos com outras instituições financeiras. O escritório Cardoso Ramos Advocacia atuou pela beneficiária. ()

Nova coordenação

O advogado Eduardo Uchôa Athayde foi nomeado coordenador nacional da CONCAD - Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados. O advogado, presidente reeleito da CAA/DF, destacou-se nacionalmente com a exitosa campanha que

vacinou quase 30 mil advogados contra influenza durante a pandemia, bem como pelas iniciativas em atenção à saúde primária e mental da categoria. ()

Negligência

A USP foi condenada a indenizar pais de um aluno que morreu no campus da Universidade carregar um armário no prédio em que era monitor. No acidente, o armário deslizou e atingiu seu pescoço. O julgador fixou indenização no valor de R\$ 250 mil por danos morais a cada um dos pais. ()

Tortura

Pai, madrasta e filha de madrasta que mantiveram uma criança acorrentada dentro de barril foram condenados a oito anos de reclusão em regime fechado. Na decisão, a juíza Direito Patrícia Suarez Pae Kim, da 1ª vara Criminal de Campinas/SP, concluiu que as lesões apresentadas na vítima comprovam que o menino era castigado habitualmente daquela maneira. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Advocacia predatória: Juiz extingue 972 ações do mesmo advogado. () Desembargador derruba fundo com "falsa biblioteca" durante sessão. () Após 45 dias, e caso chegar à Justiça, cadelinha Pandora é encontrada. () Menino autista consegue na Justiça direito de repetir de ano escolar. () Magalu e Via Varejo acionam a Justiça por concorrência desleal. () Fachin para Nunes Marques: "é preciso cautela para fazer ilações". () Advogada baleada fala ao Migalhas. ()

Colunas

Dinâmica constitucional

"Discurso e retórica" é o tema de hoje. Para o colunista Marcelo Schenk Duque, belos discursos, bem

escritos e articulados, são sedutores e por vezes nos inspiram; contudo, têm pouco impacto se isolados da realidade concreta. ()

Impressões Digitais

Situação do Telegram no Brasil difere da enfrentada pelo WhatsApp. Sobre o tema, Daniel Guariento e Ricardo Maffei analisam o risco de bloqueio do aplicativo por ordem do TSE. ()

Migalhas de Proteção de Dados

A LGPD prevê, em seu artigo 6º, inciso VI, o princípio da transparência. Torna-se essencial, portanto, que os agentes de tratamento disponibilizem, aos titulares de dados, informações acerca do tratamento por eles realizados. No artigo desta semana, a professora Cíntia Rosa Pereira de Lima e a advogada Ana Clara Gonçalves Flauzino refletem como o uso de ferramentas de visual law pode ser um grande aliado nessa tarefa. ()

Elas no Processo

A coluna de hoje trata do tema repetitivo 1.076 do STJ. As especialistas Flávia Pereira Ribeiro e Cristina Maria Gama Neves da Silva discorrem acerca do honorário equitativo em causa de valor elevado. ()

Pílulas de Expressão

No vídeo de hoje, André Marsiglia levanta questão sobre o PL 3.326/21, que pretende que as sentenças judiciais sejam escritas em linguagem coloquial, e porque a norma pode ser um atentado à liberdade de expressão dos magistrados. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Migalhas de peso

- "O direito de repetição do indébito independentemente de comprovação de má-fé do fornecedor nas relações de consumo", por Luís Felipe Pardi (GBSA - Gonçalves e Bruno Sociedade de Advogados). ()

- "MP permite adoção pelo Brasil de retaliação unilateral", por Luciana M. de Oliveira e Luciano Inacio de Souza (Cescon Barriou Advogados). ()

- "Salário paternidade - Não incidência de contribuição previdenciária", por Carlos Alberto Gama (Braga & Garbelotti - Consultores e Advogados). ()

- "Edição da MP 1.085/21 cria Sistema Eletrônico de Registro Públicos", por Marcio Maia (Maia & Anjos Advogados). ()

- "STF julgará representação fiscal para fins penais relativos a crimes formais contra a ordem tributária", por Fernando Loeser, Priscila Regina de Souza, Bibiana Peres e Thulio Alves (Loeser e Hadad Advogados). ()

- "Apuração nos crimes cibernéticos", por Filipe Lovato Batich e Tatiana Marão Miziara Lopes (Madroneira Advogados). ()

- "Aspectos introdutórios ao Direito Digital", por Diego da Mota Borges (Moisés Volpe e Del Bianco Advogados). ()

- "A arte de saber cobrar", por Marcelle Menezes do Amaral e Rossana Fattori Linares (IMAP Soluções). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos, editoras, faculdades, associações e empresas de

eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

Web Juris

A Web Juris, empresa com tradição e larga experiência em softwares jurídicos de qualidade, possui como objetivo continuar levando até o operador do Direito e demais profissionais soluções que tragam reais benefícios financeiros e organizacionais. e conheça o novo Fomentador de Migalhas.

Webinar - Balanço e perspectivas STF

Dia 7/2, às 17h, acontece o webinar "Encontro com o Decano: STF - Balanço e Perspectivas", com o ministro Gilmar Mendes, Renata Gil, Lenda Tariana, Izabel Vinchon e Saul Tourinho Leal. ()

Webinar - BR DO MAR

Dia 24/2, às 17h, Migalhas realiza, em parceria com o escritório Machado, Cremonese, Lima e Gotas - Advogados Associados, webinar para discutir a "BR DO MAR: Circunstâncias e Perspectivas (Transportes e Seguros)", com os sócios da banca Rubens Walter Machado Filho e Paulo Henrique Cremonese, e Luciana Vaz Pacheco de Castro e Larry Rabb. Participe, .

Novo endereço

A partir deste mês, o escritório Soussumi Advogados passa a atender em novo endereço: rua Paes de Araújo, 29, 17º andar, Itaim-Bibi, SP. ()

Baú migalheiro

Há 18 anos, em 4 de fevereiro de 2004, a rede social Facebook era lançada pelos colegas Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris

Hughes. A partir de 2012, houve uma ascensão do projeto em torno do mundo, alcançando a média de 316.455 usuários que se cadastram diariamente. Com o objetivo de existir um espaço virtual para as pessoas manterem contato, dividirem opiniões e fotografias, o nome "Facebook" foi escolhido porque assim é chamado o livro entregue aos alunos no início do ano letivo por algumas instituições universitárias nos Estados Unidos para ajudá-los a se conhecerem melhor. Ontem, as ações da empresa caíram de modo avassalador, tornando-se a maior queda de uma empresa na história. (Compartilhe)

Novidades

Lançamento da Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, a obra "Curso de Processo Penal", de Guilherme Madeira Dezem foi atualizada com o que há de mais recente em sede de doutrina e jurisprudência. Confira! () A obra digital "Código de Processo Civil Interpretado" (Atlas - 1680p.), coordenada por Antonio Carlos Marcato, contou com a participação da procuradora e autora vip de Migalhas, Mirna Cianci. ()

Migalhíssimas

O espetáculo "A Pane" voltou ao palco do Teatro Faap e ficará em cartaz até 20/2. Na sessão de amanhã, após a apresentação da peça, os advogados Alberto Toron (Toron, Torihara e Cunha Advogados), Veronica Serman e defensor público Bruno Muller conduzirão um debate e bate-papo com a plateia sobre o texto atemporal de Dürrenmatt. () Vice-presidente da OAB/RJ e sócia do escritório Basilio Advogados, Ana Tereza Basilio participou da posse do presidente da OAB de Itaperuna, Arthur Rodrigues, que aconteceu na sede da OAB/RJ. Também tomou posse para o biênio 2022/24 o presidente da OAB de Friburgo, Alexandre Valença de Lima. José Henrique Vasi Werner, sócio do escritório Danemann Siemsen, é o novo coordenador da Comissão de Repressão às Infrações & CNCP da **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual. José

Henrique é diretor Jurídico da ABRAL - Associação Brasileira de Licenciamento, diretor Secretário da ANGARDI - Associação Nacional para Garantia dos Direitos Intelectuais, membro do Painel de Colaboradores do CNCP - **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria pela ANGARDI - Associação Nacional para Garantia dos Direitos Intelectuais. Cinco sócios da banca Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados foram eleitos coordenadores de Comissões de Estudo da **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, para o biênio 2022/23. Rhuan Quintanilha ficou com a pasta de Desenho Industrial; Clarissa Jaegger, com a de **Marcas**; Gabriela Salerno, com a de **Patentes**; David Fernando Rodrigues, com a de Repressão às infrações; e Pablo Torquato com a de Transferência Tecnologia e Franquias. Henrique Mourão Advocacia divulgou a "Newsletter | Fevereiro 2022". ()

Habilidades comerciais

Nos dias 7 e 8/2, das 19 às 22h, acontece a 7ª edição do "Curso de Habilidades Comerciais para Escritório de Advocacia", realizado pela Radar - Gestão para Advogados. Participe e desenvolva habilidades comerciais na sua equipe jurídica para uma prospecção efetiva. ()

Especialização

A PUC-SP promove o curso de especialização "**Arbitragem**", que busca expandir a compreensão da arbitragem nas comunidades acadêmica e profissional, bem como apresentar a profissionais e estudantes do Direito nacional as novas técnicas de solução de controvérsias. ()

Prática trabalhista

O mês de janeiro foi muito especial para a Editora Mizuno, pois marcou os 40 anos do coordenador editorial trabalhista, Ricardo Calcini. Para celebrar quatro décadas de vida do coordenador, a editora sorteará, dia 25/2, 40 exemplares da obra "Prática

Trabalhista nos Tribunais - TRT's e TST", de sua autoria. Participe do sorteio! ()

Viva

Sorteio de obra : O ganhador da obra "A Exploração Comercial dos Direitos Conexos do Ator" (Editora CRV - 200p.), de autoria de Fernanda Galera, sócia da Daniel Advogados, é Carlos Egomar Trentini, de Recife/PE. ()

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, ah, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/São José da Tapera

ES/Jaguare

MG/Novo Cruzeiro

MG/Rio Novo

PA/Conceição do Araguaia

RO/Guajará-Mirim

SP/Ribeirão Bonito

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

"Die Spieler der Autoritären"

The New York Times - EUA

The Guardian - Inglaterra

"Isis Leader Dead After U.S. Forces Raid Syria House"

"PM hit by nº 10 exodus as four aides quit in one day"

The Washington Post - EUA

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"ISIS chief dead after U.S. raid in Syria"

"Baixos estoques e desinformação travam imunização infantil"

Le Monde - França

Folha de S.Paulo - São Paulo

"En France, création massive d'emplois en 2021"

"Governadores se dividem entre renúncia e reeleição"

Corriere Della Sera - Itália

O Globo - Rio de Janeiro

"Ora ricostruiamo l'Italia"

"Facebook tem a maior perda de valor de ações da História dos EUA"

Le Figaro - França

"À Pékin les JO dans la main de fer de Xi Jinping"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

Clarín - Argentina

"Estudo indica contágio em massa na área de saúde"

"Fernández Putin: crítica la dependencia con EE.UU. y oferta a Rusia para región"

Correio Braziliense - Brasília

El País - Espanha

"Brasil volta a ter mais de mil mortes; Europa vê pandemia no fim"

"Un voto erróneo del PP salva la reforma laboral del Gobierno"

Zero Hora - Porto Alegre

Público - Portugal

"RS tem avanço de quase 70% em fusões e aquisições de empresas"

"PS disponível para regresso dos debates quinzenais ao Parlamento"

O Povo - Ceará

Die Welt - Alemanha

"Ceará terá mais sete campi e 16 novos cursos"

Continuação: MIGALHAS nº 5.284

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Só 8,4% das crianças se vacinaram no Estado"

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 5, 6, 11

Pirataria

3, 7, 9, 11

Marco regulatório | INPI

6

Propriedade Intelectual

7

Patentes

10, 11

ABPI

11